

volume

15

Dezembro / 2009
ISSN 1516-2095

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

*para casamentos, baptizava casamentos, bapti-
sados e banquetes. É a única depositária da ul-
tima Guarana Espumante e do excelente choco-
lati Laeta, fabricados em S. Paulo pelos Srs. Zo-
notta Leãoiro & Cia. A Confeitaria Brasil foi
fundada em 1854 e possui a honra de ser a
única depositária da última Guarana Espumante
e do excelente choco-
lati Laeta, fabricados em
S. Paulo pelos Srs. Zo-
notta Leãoiro & Cia.
A Confeitaria Brasil foi*





**Obra publicada pela
Universidade Federal de Pelotas**

Reitor: Prof. Dr. Antonio Cesar
Gonçalves Borges
Vice-Reitor: Prof. Dr. Manoel Luiz
Brenner de Moraes

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Prof. Dr. Luiz Ernani
Gonçalves Ávila
Pró-Reitora de Graduação: Prof. Dra. Eliana Póvoas Brito
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr.
Manoel de Souza Maia
Pró-Reitor Administrativo: Eng. Francisco Carlos Gomes
Luzzardi
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Prof. Ms.
Élio Paulo Zonta
Pró-Reitor de Recursos Humanos: Admin. Roberta
Trierweiler
Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Mario Renato Cardoso
Amaral
Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Assistente Social
Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento
Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr.
Volmar Geraldo da Silva Nunes
Gerência Operacional: Carlos Gilberto Costa da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.
Francisca Ferreira Michelon | Prof. Dr. Vitor Hugo Borba
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof.
Dr. Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera
Lucia Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira
Vice-Diretor: Prof. Dr. Jabr Hussein Deeb Haj Omar

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Membros do NDH:

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Jr.

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Elisabete Leal

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezát

Técnicos Administrativos:

- Paulo Luiz Crizel Koschier

- Ivoni Fuentes Motta

HISTÓRIA EM REVISTA – Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezát

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPEL)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editora: Profa. Dra. Beatriz Ana Loner
Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |
Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2009

ISSN – 1516-2095

Tiragem: 300 exemplares

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de
Ciências Humanas. Universidade Federal de
Pelotas. v.15, (dez. 2009). – Pelotas: Editora
da UFPel, 2009.
1v.

Atual
ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

IMAGEM DA CAPA: Engenho São Gonçalo,
posteriormente Frigorífico ANGLÓ (atual Reitoria da
UFPel) – Álbum de Pelotas de 1922.

**Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center**

**PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 – 5523 (r. 204)

Fone/Fax: (53) 3278-6765

<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh>

e-mail: ndh@ufpel.edu.br

“O LEGAL NO MUSEU É...” – INVENÇÃO E APLICAÇÃO DE UM PROGRAMA EDUCATIVO NO MUSEU DA BARONESA EM PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL

“THE COOL THING ABOUT MUSEUMS...” - A EDUCATIONAL PROGRAM
CREATED AND DEVELOPED AT THE MUSEU DA BARONESA IN PELOTAS, RIO
GRANDE DO SUL

Carla Rodrigues Gastaud¹
Beatriz Polidori Zechlinski²

Resumo: Neste artigo apresentamos e avaliamos o programa “O Legal no Museu é...”, realizado de 2002 a 2004, no Museu Municipal Parque da Baronesa, localizado em Pelotas, Rio Grande do Sul. Em 2001, a equipe que iniciava seu trabalho neste Museu percebeu que geralmente as crianças que o visitavam aproveitavam minimamente a experiência, pois não estabeleciam qualquer relação com o Museu e com suas histórias, tão pouco passavam a ver sentido na preservação do patrimônio histórico e cultural. Percebendo esses problemas, a equipe do Museu da Baronesa formou o Núcleo de Educação Patrimonial (NEP), que elaborou um programa de atendimento às escolas, tendo como premissa a musealização como ação de educação e de comunicação. O programa era semanal e se organizava em três etapas com cada escola, ocasiões em que os alunos, além de visitarem o Museu, participavam de várias atividades lúdicas e educativas, entre elas, teatro de fantoches, oficina do objeto, museu da sala de aula, dança-afro, teatro e desenho. Buscamos neste artigo refletir sobre a experiência deste programa, que teve resultados importantes, modificando a relação entre o Museu e a comunidade que o abriga.

Palavras-chaves: Museu, Educação Patrimonial, Comunicação e Inclusão.

Este artigo tem como objetivo relatar e refletir sobre a experiência de educação patrimonial realizada no Museu Municipal Parque da Baronesa, em Pelotas, no Rio Grande do Sul. O programa educativo intitulado *O Legal no Museu é...* aconteceu no período de julho de 2003 a novembro de 2004 e foi dirigido às terceiras séries do ensino fundamental da rede pública de ensino. Esse programa foi elaborado e executado pela gestão que administrou o Museu da Baronesa de fevereiro de 2001 a dezembro de 2004, envolvendo dez

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de História e Antropologia da UFPel. E-mail: cgastaud@terra.com.br

² Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: beatrizpz@uol.com.br.

bolsistas e dois estagiários do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas e nós, historiadoras, responsáveis pela administração da instituição, que relatamos aqui a experiência. O nosso propósito, além de registrar o êxito do programa educacional realizado nesse Museu, é refletir sobre uma experiência que unia educação, comunicação, patrimônio, comunidade e museu, avaliando seus significados sociais.

O acervo do Museu da Baronesa é composto por objetos que pertenceram à família dos Barões de Três Serros, representante da oligarquia charqueadora de Pelotas, e por artefatos doados por colecionadores locais. Do acervo fazem parte materiais têxteis, louça, mobiliário e objetos de uso pessoal da elite pelotense da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX. Foi essa a história que o Museu passou a contar desde a sua criação: a dos hábitos da elite da cidade, que havia enriquecido enormemente no século XIX através da indústria escravista do charque.

A cidade de Pelotas nasceu em razão da instalação de charqueadas nas margens do arroio Pelotas e do canal São Gonçalo, tornando-se o local onde as famílias dos charqueadores construíram suas residências urbanas e o ambiente do qual passaram a fazer parte um número muito alto de escravos e a classe média ligada ao comércio e aos serviços. Naquele período, a cidade ficou conhecida pelos hábitos da elite pelotense, que ostentava riqueza.³

O Museu da Baronesa tem um caráter simbólico para Pelotas, pois – “lugar de memória” por excelência – cumpre uma função na comunidade que o abriga. De acordo com Pierre Nora (1993), a rememoração através dos “lugares de memória” decorre de um sentimento de que a memória não é espontânea, é preciso ter vontade de memória – organizar, por exemplo, aniversários e celebrações. Daí decorrem conflitos sobre o que se quer lembrar ou como se pode lembrar de um acontecimento. Grupos marginalizados ou minorias precisam lutar pela sua memória, tal como vimos na celebração do “Brasil, 500 anos”, e como também se dá em relação à memória indígena e à memória da escravidão.⁴

A memória é seletiva e essa seleção se faz no presente e para o presente. Pode não haver consenso porque há ideologias e interesses em jogo. Assim, é tarefa do historiador garantir a rememoração de certos

³ Sobre a história de Pelotas e as charqueadas ver Magalhães (1993) e Gutierrez (2001).

⁴ Na cidade de Pelotas (RS), por exemplo, o feriado regional de 20 de novembro, dia da consciência negra (morte de Zumbi), é motivo de polêmica, tendo passado por disputas políticas e jurídicas, que ainda não estão resolvidas.

acontecimentos, às vezes traumáticos ou vergonhosos, pois cabe “à história, pela sua dimensão crítica, guardar os rastros da ‘dívida’, dívida essa que diz respeito às vítimas da História” (SILVA, 2001, p. 20).

Assim, desde o início da gestão em 2001, procurou-se que o Museu da Baronesa cumprisse com essas funções, introduzindo novos elementos de modo a garantir a lembrança não somente do luxo e da riqueza da vida das famílias charqueadoras, mas também da memória da escravidão e dos negros. Da mesma forma, buscou-se uma atuação educativa mais efetiva e uma maior aproximação com a comunidade pelotense, para que esta passasse a sentir uma identificação com o Museu.

O Museu da Baronesa é visitado frequentemente por escolas. No ano de 2002, antes do início do programa educativo “O Legal no Museu é...”, o Museu recebeu cinco mil setecentos e sessenta alunos na sua maior parte das séries iniciais do ensino fundamental. Em 2001, ainda não eram oferecidas visitas monitoradas no Museu, e as crianças entravam e saíam dele aproveitando muito pouco a experiência. Assistíamos a corrida das crianças pelo Museu e, conversando com os alunos ao final da visita, constatávamos que terminavam o percurso acreditando que aquele era um lugar para armazenar “curiosidades”, para guardar “coisas do tempo antigo”, que nada tinha a ver com sua vida e sua história. Esse tipo de visita tem pouca significação, pois as crianças não estabelecem relação com o museu e com as histórias que ele conta, e nem passam a ver sentido em preservar objetos ou edificações de outras épocas.

A ida ao museu, quando se dá dessa forma, é apenas um dia fora da sala de aula. A ideia de que a visita era muito mais uma atividade de recreação do que pedagógica era reforçada pela concentração das visitas de escolas no mesmo período do ano: os meses de outubro e novembro, correspondendo ao mês da criança e ao final do ano letivo. Esse fato gerava um acúmulo de escolas no mesmo dia e dificultava um atendimento qualificado.

Assim, o número de alunos que visitavam o Museu da Baronesa era significativo, mas essas visitas poderiam ser mais bem aproveitadas, tanto do ponto de vista da construção do conhecimento histórico quanto da noção de preservação da memória e do patrimônio cultural. Com esse fim, desenvolveu-se no Museu da Baronesa um programa especial de educação patrimonial para as escolas.

Para tanto foi criado o Núcleo de Educação Patrimonial (NEP), que começou a elaborar um programa especial para o atendimento às escolas, tendo como premissa a compreensão do processo de musealização como uma

ação de educação e de comunicação, comprometida com “a criatividade, com a inovação, com a produção de conhecimento” e com a “construção de uma nova prática social” (SANTOS, 1998, p.18/23).

Um museu e seus artefatos são instrumentos privilegiados para a educação patrimonial. De acordo com Magali Cabral (2002), se o patrimônio é terreno em construção, fruto de eleição, campo de combate, espaço de relações humanas, é também “meio de comunicação e campo de educação”, podendo e devendo ser objeto de ações educativas que contribuam para a mudança social por “ensinar a pensar criticamente, fornecendo os instrumentos básicos para o exercício da cidadania”.

A educação patrimonial é a ação desenvolvida a partir de uma relação direta com o patrimônio, isto é, uma experiência em primeira mão com o objeto patrimonial. Sobre ações sistemáticas de educação patrimonial, diz Maria de Lourdes Horta (2003), que,

a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

O usufruto do bem patrimonial e a criação cultural, decorrentes da relação direta com o patrimônio têm qualidades de inserção cultural e social que são desejáveis. O contato com o patrimônio cultural promove, além de um momento de reflexão sobre o passado e o presente de uma sociedade, a experiência de desvendar e sentir os significados dos bens culturais, promovendo a apropriação desses bens pelo sujeito que passa por essa experiência. Essa apropriação é desejável no sentido de que o patrimônio passa a receber um valor identitário, isto é, quem se apropria o percebe como parte de sua própria vida e história.

Via de regra, as pessoas das classes média e alta recebem em sua educação familiar ou escolar os subsídios necessários para apropriar-se de determinados bens culturais considerados como patrimônio, de forma que podem usufruir dos significados desses bens. No entanto, percebe-se nas classes populares uma carência dessas noções, justamente pela exclusão das pessoas dessas classes dos meios de conhecimento e acesso ao poder. Assim, possibilitar aos indivíduos de baixa renda o contato com o seu patrimônio cultural e a apropriação dos bens culturais é uma forma de inseri-los socialmente, pois além de adquirirem e produzirem conhecimento, sua vida e

história adquirem novos significados.

A educação patrimonial, por ser um processo constante de ensino/aprendizagem que tem por objetivo central e foco de ações o patrimônio, tem a qualidade adicional de, ao reconhecer o patrimônio, reconhecer um passado e produzir identificação com ele. A educação patrimonial, mesmo quando se faz sobre patrimônios tradicionais como os edifícios monumentais, tem uma potencialidade transformadora de re-significar aqueles patrimônios, possibilitando uma aproximação crítica do passado e do patrimônio, que deixam de ser emprestados dos outros para serem apropriados pelos sujeitos.

Para implantar um programa educativo que potencializasse as visitas das escolas ao Museu da Baronesa e na impossibilidade de receber a totalidade dos alunos da rede de ensino, delimitamos, em primeiro lugar, um público alvo: as terceiras séries das Escolas Públicas Municipais (escolas da periferia e centrais, com características heterogêneas), pois estudam a história da cidade e presumivelmente teriam um interesse especial pelo Museu.

Elaborar um programa que atendesse a todas essas expectativas exigiu uma longa preparação. Conceber o programa significou para a equipe muita leitura e pesquisa, imaginação, criação, discussão e debate. Finalmente, depois de muitas ideias aceitas e rejeitadas, foi possível testar uma primeira proposta que incluía roteiros, textos, instrumentos de avaliação e ensaios teatrais e musicais, além de uma avaliação da nossa real capacidade financeira para o programa. O projeto previa uma visita preparatória à escola e a visita das turmas da escola ao Museu.

A experiência piloto do programa aconteceu em dezembro de 2002, com a Escola Municipal Bibiano de Almeida, com duas turmas de terceira série, num total de sessenta crianças. Essa escola é vizinha do Museu, e *habituêe* do parque. Convidamos essa escola porque queríamos justamente avaliar se a visita ocorrida dentro do novo programa seria diversa da visita usualmente feita. Essa experiência piloto começou no dia 05 de dezembro de 2002, com a visita da equipe do Museu à escola, e continuou nos dias 09 e 11 de dezembro, com as visitas das turmas de alunos ao Museu, uma em cada dia.

No dia 05 de dezembro a equipe do Museu da Baronesa visitou a escola, fazendo o primeiro contato com os alunos. Na escola, além de conversar com os monitores do Museu, as crianças assistiram a um teatro de fantoches, que tinha como objetivo motivá-las a visitar o Museu e fazer com que soubessem o porquê de conhecê-lo.

O teatro de fantoches foi resultado de uma cuidadosa preparação. Com o Grupo Fuxico, que nos acompanhou nos anos de 2002 e 2003, experimentamos roteiros, criamos personagens, adequamos vocabulário e testamos o resultado em várias ocasiões com públicos infantis heterogêneos. A história encenada era a de um menino, o Juquinha, que conversava com a avó sobre o Museu e esta lhe contava sobre os objetos diferentes que o menino iria encontrar que ele não conhecia, porque não faziam mais parte do cotidiano das pessoas. Depois, o menino convencia uma amiga a ir também visitar o Museu.

A segunda parte foi a visita da escola ao Museu, na qual as crianças passaram uma tarde inteira no Parque e participaram de diversas atividades. Primeiramente assistiram a outro teatro de fantoches, desta vez com uma história que se passava no século XIX, contextualizando os objetos que veriam no Museu da Baronesa. Depois aconteceram no Parque duas atividades: oficinas de dança-afro e brincadeiras antigas, que tinham como objetivo proporcionar aos alunos um maior contato com duas realidades sociais e culturais do século XIX – a das crianças da elite e a dos escravos. Após o descanso e o lanche, aconteceu a visita monitorada ao Museu. As atividades programadas finalizaram com uma oficina de arqueologia que incluía uma brincadeira com argila.

Na nossa avaliação, o programa modificou a forma como as crianças entendiam o espaço do Museu e possibilitou um maior aproveitamento da visita. Notamos também que havia algumas falhas que deveriam ser repensadas, como, por exemplo, o número excessivo de atividades na tarde da visita.

Dessa forma, considerando as experiências adquiridas em dois anos de contato com escolas, foi projetado para o ano de 2003 um novo programa, chamado *O Legal no Museu é...* Em julho de 2003 oferecemos o programa para todas as escolas municipais de Pelotas através de uma carta explicativa, convidando as escolas interessadas a se inscreverem no programa. Foi o que aconteceu durante todo aquele mês, quando foram agendadas as visitas.

Iniciou-se assim um intenso processo de experiências cheias de aprendizado tanto para as crianças, quanto para os professores e para a nossa equipe. O programa tinha a seguinte estrutura: na semana imediatamente anterior à visita, um integrante da equipe do NEP ia à escola conversar com a direção, coordenação e professores envolvidos, para informar a estrutura da programação e combinar os detalhes. Também se pedia à professora que orientasse os alunos a trazerem de casa, no dia estipulado para a primeira etapa, um objeto que fosse importante para eles.

Na semana agendada para a ida ao Museu, a equipe do NEP ia à escola. No primeiro contato com a turma, os monitores se apresentavam às crianças e explicavam sobre o programa *O Legal no Museu é...*, do qual eles estavam participando. Depois, a partir dos objetos que as crianças traziam de casa (que variavam muito, desde bonecas, carrinhos e bolinhas de gude até retratos familiares), acontecia uma “oficina do objeto”⁵ na qual os monitores buscavam trabalhar a valorização do patrimônio cultural de uma comunidade, a partir dos objetos que as crianças consideravam importantes para elas. Assim, questionava-se quais objetos seriam musealizáveis, quem dá a importância para os objetos e porque devemos preservá-los.

Através de seus próprios objetos, que tinham uma importância pessoal para cada criança, fazendo-as lembrar de algum acontecimento ou alguma pessoa especial, elas entendiam porque alguns objetos carregam importantes significados e não podem ser destruídos ou abandonados. Ao final, ainda construía-se um pequeno museu da turma, colocando todos os objetos em cima de uma mesa e confeccionando etiquetas que traziam o nome do objeto e o nome deles, assim, as crianças também aprendiam um pouco do processo de musealização. Interessante ainda é destacar que ao colocar os objetos pessoais no pequeno museu, cada criança ficava preocupada com o seu objeto, para que seus colegas não o estragassem. Assim aprendiam também os motivos de os objetos ficarem protegidos dentro do Museu e da interdição ao toque dos visitantes.

Após essa etapa, a turma assistia a um teatro de fantoches, já testado na experiência piloto, que tinha o objetivo de motivar os alunos para a visita ao Museu. Nesse primeiro dia promovia-se a expectativa da visita ao Museu e uma preparação para ela.

No dia da visita ao Museu da Baronesa, a equipe do NEP recebia a escola no parque e as crianças eram levadas para o salão do Museu, onde há um bom espaço livre para diversos tipos de atividades. Lá era feita uma roda com as crianças e iniciava-se uma primeira conversa, em que os monitores faziam uma introdução, contextualizando o Museu na história de Pelotas, auxiliados por imagens referentes à época e a cultura em que o Museu está inserido, como a foto de uma charqueada ou gravuras representando os escravos. A história da cidade era contada de uma perspectiva que partia do Museu, falava de barões e sinhás, de doces e de charque, e incluía a participação fundamental do negro, usualmente apagada dessa história.

⁵ Adaptada da “Oficina do Objeto” de Chagas (1998).

A utilização dessas imagens tinha um ótimo retorno, pois ajudava as crianças a começarem a imaginar uma época diferente da delas. Percebia-se isso porque, durante a conversa com os monitores, as crianças geralmente perguntavam sobre detalhes das gravuras, procurando entender certos objetos ou imagens que não faziam parte do universo delas e, não raro, no percurso do Museu, mais tarde, lembravam de gravuras que tinham visto, fazendo referências a elas.

Logo após essa conversa, na qual se falava das charqueadas, dos hábitos daquela época, da escravidão, da vida dos escravos e da cultura negra, os monitores mostravam às crianças instrumentos africanos, réplicas daqueles produzidos por escravos no século XIX. O contato com os instrumentos era mágico, pois, envolvidos pela história contada, meninos e meninas podiam experimentar o som e o toque dos instrumentos.

Embalados pela música-afro, iniciava-se uma aula de dança com o objetivo de proporcionar às crianças um maior contato com a cultura negra, vinda da África para Pelotas. A professora de dança-afro, Greyce Paracy Ribas, participou desde o início da elaboração do programa e estava imbuída dos nossos objetivos. Os alunos então se divertiam aprendendo a dançar como os negros escravos. A dança era interpretada como um ritual de resistência e de celebração da cultura africana e possibilitava a percepção de que todos os grupos sociais desenvolvem uma cultura própria, sem que exista uma melhor e outra pior.

Depois de tanta atividade era preciso um descanso e tempo para o lanche. Aproveitava-se este momento para passear com as crianças pelo Parque, desfrutando da área verde e conversando sobre o Museu, tirando dúvidas e desenvolvendo uma proximidade maior com os alunos. Assim, na hora de realmente conhecer o Museu (o que não havia acontecido até então), as crianças, além de preparadas intelectualmente, sentiam-se à vontade para interrogar os monitores, mostravam-se interessadas e dispostas a prestar atenção no acervo.

Preparou-se para este momento uma encenação dentro do Museu. Durante o percurso, as crianças encontravam dois personagens do século XIX, inseridos no contexto do Museu, interpretados por outros membros do NEP. Os personagens, junto com o monitor, falavam de suas formas de vida e do cotidiano da casa naquela época. Estes personagens ora eram um escravo e uma sinhazinha, ora um barão e uma escrava.

Por exemplo, na conversa que se dava entre um monitor e a personagem escrava (interpretada por um membro homem da equipe) na

cozinha do Museu, esta contava para as crianças como era cozinhar para os Barões, como e por que tinha amamentado os filhos da Baronesa e por que tinha perdido contato com alguns de seus próprios filhos, também escravos.

Importante dizer que as personagens eram caracterizadas de forma bastante rudimentar, para que as crianças identificassem os membros da equipe (que eles já conheciam) por trás das personagens, para que elas não se assustassem ou os identificassem como fantasmas e para não apagar a distância e o tempo transcorridos. Nos desenhos finais muitas vezes as crianças desenhavam a personagem escrava com uma calça por baixo da saia, por exemplo, o que reflete a identificação do integrante masculino da equipe pela criança. Outras vezes desenhavam a personagem e escreviam o nome da pessoa que a interpretava embaixo.

Depois da visita, era hora das crianças expressarem seus sentimentos e suas reações sobre tudo aquilo. A maneira encontrada para isso foi oferecer uma grande faixa de papel branco, giz de cera e lápis de cor para que desenhassem o que elas tinham achado de mais legal na visita: O Legal no Museu é...?. Desse momento saíram criativas expressões, que permitiam perceber o que elas tinham apreendido da experiência. Os desenhos mais frequentes eram as personagens do teatro dentro do Museu, os monitores, o prédio do Museu e o Parque. Das formas mais variadas, elas desenhavam também objetos de dentro do Museu, como a namoradeira (móvel datado do início do século XX), os vestidos de baile, as pistolas e adagas.

Para finalizar as atividades, e celebrar o encontro de todos, as crianças recebiam a letra de uma música escrita por um dos membros do NEP relacionada ao Museu e às experiências vividas. As crianças, em geral, cantavam com muita empolgação e não raro saíam cantando na hora de ir embora. Os professores que acompanhavam as turmas e a equipe do NEP que as recebia no Museu avaliavam as atividades através de um instrumento de consulta feito por nós, que permitiu à equipe repensar o programa e qualificá-lo durante todo o seu período de execução.

Mais um elemento importante era o "Passe-Pai", que ao final do programa era entregue para todas as crianças. O "Passe-Pai" era um ingresso que permitia que as crianças levassem suas famílias gratuitamente ao Museu da Baronesa num outro dia, para que pudessem retornar à instituição e partilharem com eles a experiência de conhecer o Museu. Muitas crianças voltaram posteriormente ao Museu trazendo seus pais, com o "Passe-Pai".

Após realizar pela primeira vez o Programa *O Legal no Museu é...*, com a Escola Municipal Independência, nos dias 12 e 14 de agosto de 2003, a equipe

do NEP avaliou que todas as atividades foram adequadas e alcançaram seus objetivos. As crianças participaram ativamente: perguntaram sobre as imagens da cidade, testaram os instrumentos musicais, dançaram ao som da música afro, visitaram o Museu interagindo com os personagens, expressaram suas opiniões graficamente, através de desenhos e também verbalmente, e cantaram vivamente a música que dizia que “o Museu da Baronesa é legal”.

A experiência com as outras escolas foi igualmente gratificante, é claro que com as diferenças próprias de cada escola e de cada turma. Uma diferença significativa entre as turmas, que foi percebida pela equipe do NEP, era o grau de envolvimento e participação do professor responsável pela turma. Quanto mais o professor estava interessado e envolvido com o processo, melhores eram os resultados do programa e a interação com as crianças. Esse fator nos fez pensar em um seminário de preparação exclusivo para professores, para que eles também adquirissem um conhecimento aprofundado sobre a cidade, o Museu e a educação patrimonial (pois raramente demonstravam conhecimentos sobre o assunto) e estivessem devidamente preparados. Dessa forma, também poderiam continuar o trabalho na sala de aula posteriormente, o que qualificaria ainda mais o aproveitamento da experiência de visitar o Museu.

A partir da avaliação do programa de 2003, algumas modificações foram introduzidas em 2004. A principal delas foi realizar, no início de cada semestre, um seminário de formação para os professores das turmas agendadas, que foi organizado para acontecer em dois dias. Esse seminário iniciava pela apresentação do programa para os professores e propunha a discussão dos conceitos de patrimônio e de museu. Depois fazíamos uma aproximação com a história da cidade, uma oficina de dança-afro (a mesma seria oferecida aos alunos) e uma visita cuidadosa ao Museu.

Para finalizar, convidávamos os professores a imaginarem possibilidades pedagógicas para a experiência e também a conhecerem os trabalhos desenvolvidos por alguns professores que tinham participado do programa no ano anterior e que tinham nos trazido seus resultados. O desenrolar das visitas mostrou os bons resultados desses seminários, principalmente pela diferença no aproveitamento das turmas cujos professores não participaram dos seminários preparatórios.

O programa *O Legal no Museu é...* foi desenvolvido, semanalmente, durante quinze meses, de julho de 2003 a novembro de 2004. Atendeu no total 1200 alunos de 46 turmas de terceira série do ensino fundamental das redes de ensino municipal e estadual. As visitas das escolas ao Museu deixaram de ser

ocasionais e somente diversão para serem uma atividade pedagógica planejada, inserida no desenvolvimento curricular, constituindo-se também em um processo de formação de professores.

Com a finalização desse projeto, avaliamos que as atividades, tal qual foram programadas, aconteceram de forma satisfatória e produziram ótimos resultados, o que era possível perceber através da expressão das crianças, dos desenhos e da fala dos professores que participaram do projeto.

Com mais recursos, teria sido possível aumentar o número de escolas atendidas e melhorar a estrutura do programa, que acabou acontecendo com recursos mínimos e com muita boa vontade da equipe. Assim como teria sido possível elaborar um formato desse programa para adolescentes, por exemplo. As mudanças administrativas também se tornaram um empecilho para a continuidade do programa, o que é realmente lamentável, pois com as eleições municipais e a decorrente troca do Prefeito em 2005, a equipe que assumira a administração do Museu em 2001 foi afastada e o programa foi finalizado.

Concluindo, achamos importante destacar aqui que, apesar dos problemas enfrentados, especialmente financeiros, foi possível realizar este programa que, ao que parece, fez diferença na vida de um número expressivo de crianças e na vida da instituição, que viu alargarem-se suas possibilidades de atuação na sociedade.

Destaca-se também que a parceria com a Universidade Federal de Pelotas, em especial com o Curso de Licenciatura em História, teve enorme importância, pois possibilitou o trabalho dos estudantes desse curso no Museu da Baronesa, integrando a equipe do NEP. Estes estudantes elaboraram e aplicaram o programa educativo do Museu, mostrando sua capacidade criativa e sua maturidade intelectual. Com certeza, este programa foi um momento de formação para esses estudantes e também um local onde lhes foi proporcionada uma oportunidade para desenvolverem suas habilidades didáticas.

Assim, por meio desse artigo procuramos mostrar o que foi possível realizar levando em conta o caráter educativo e de inserção social de um museu, em uma gestão que teve curta duração, mas que mesmo assim alcançou significativos resultados. Para a elaboração desse programa educativo, tivemos em vista que o processo de musealização, como disse Maria Célia Santos (1998), é uma ação de educação e comunicação onde a produção de conhecimento deve ser regada com a criatividade e a inovação. Se isso foi possível deve-se a um trabalho em equipe consistente e coeso e a um significativo grau de profissionalismo frente a esta instituição que tem muito a

contribuir para a comunidade.

Referências Bibliográficas

CABRAL, Magali. *Comunicação, educação e patrimônio cultural*. Texto apresentado no Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul. Inédito. Rio Grande, 2002.

CHAGAS, Mário. Museus-Casa – Comunicação e Educação. In: *Anais do II Seminário sobre Museus-Casa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998. pp. 61-66.

GUTIERREZ, Ester. *Negros, Charqueadas & Olarias*. Um estudo sobre o espaço pelotense. 2ª edição. Pelotas: Editora da UFPel, 2001.

HORTA, Maria de Lourdes. *Boletim de Educação Patrimonial*. Disponível em: www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/index.htm. Acessado em julho de 2006.

MAGALHÃES, Mário Osorio. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 1993.

NORA, Pierre. Entre Memória e História, a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, (10), dez, pp. 7-28, 1993.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Museus-Casa – Comunicação e Educação. In: *Anais do II Seminário sobre Museus-Casa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998. pp. 15-31.

SILVA, Helenice Rodrigues da. O fenômeno das comemorações como objeto de análise histórica. In: *Cultura Universitária Sem Fronteiras*, ano III, nº7, pp. 20-21, 2001.

ABSTRACT: In this paper we present and evaluate the program "O Legal no Museu é..." ("Pleasant in the Museum is..."), accomplished from the year 2002 until 2004, in the museum *Museu Municipal Parque da Baronesa*, located in Pelotas, Rio Grande do Sul. The new team, that started working in the Museum in 2001, noticed that the children that were visiting it generally didn't take advantage of the experience, because they didn't establish any relationship with the Museum and with its histories and didn't perceive the importance of the historical and cultural patrimony. Noticing these problems, the team of the *Museu da Baronesa* formed the *Nucleus of Patrimonial Education* (NEP), which elaborated an attendance program for the schools, having as a premise the visit of the museum as an action of education and communication. The program was weekly and was organized in three stages with each school. In these occasions, the students used to visit the Museum and to do other activities, like theater of puppets, workshop of the object, class room museum, afro-dance, theater and drawing. In this paper we intend to ponder about the experience of this program, which had important results, modifying the relationship among the Museum and the community that shelters it.

Key Words: Museum, Patrimonial Education, Communication and Inclusion

Carla Rodrigues Gastaud
e-mail: cgastaud@terra.com.br
Beatriz Polidori Zechlinski
e-mail: beatrizpz@uol.com.br

Artigo recebido em abril de 2009
Aprovado em setembro de 2009